



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM– 27 a 28 de agosto de 2007

Análise da implementação da política pública de regionalização do turismo em Minas Gerais através do estudo de caso no circuito turístico Serras Verdes do sul de Minas¹

Profa. Jaisa Gontijo Bolson²

Prof. Dr. Nelson Antônio Quadros Vieira Filho³

Centro Universitário UNA

Resumo

O artigo tem como objeto a análise da implementação da política dos circuitos turísticos de Minas Gerais, a partir de um estudo de caso no circuito turístico Serras Verdes do Sul de Minas. A metodologia envolveu revisão bibliográfica sobre teorias e tendências contemporâneas do planejamento turístico regional e pesquisa documental sobre o histórico e diretrizes de implantação da política pública dos circuitos. Foram realizadas entrevistas com os representantes dos setores públicos, privados e líderes comunitários dos municípios do circuito Serras Verdes do Sul de Minas para analisar a percepção dos mesmos em relação ao processo de implantação da política pública dos circuitos turísticos bem como os possíveis resultados já obtidos com essa proposta. Foram aplicados ainda questionários nos meios de hospedagem dos municípios para verificar os impactos da política de circuitos na taxa de ocupação e geração de empregos. Os resultados permitem concluir que a política pública do estado de Minas Gerais para os circuitos turísticos é tímida e necessita de mudanças em relação aos mecanismos de gestão implantados pela secretaria estadual de turismo.

Palavras-Chave: Turismo, Políticas Públicas e Planejamento Turístico Regional

Introdução

O planejamento da atividade turística no âmbito governamental ainda é muito recente no Brasil: A partir de 1991, com a reestruturação da Embratur e a elaboração do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur-NE), com o objetivo de desenvolver o turismo regional, foram iniciadas ações visando o planejamento integrado do setor (BRASIL, 1991). Outros marcos importantes foram a criação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) em 1994 e sua viabilização através do Plano Nacional de Turismo (PNT) em 1996. Até a

¹ Trabalho apresentado ao GT – Interfaces com a Gestão de Negócios do IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo.

² Turismóloga. Coordenadora do curso de Turismo da Faculdade Cenecista de Sete Lagoas. Professora do curso de Turismo do Unicentro Newton Paiva – Belo Horizonte. Mestranda do curso de Turismo e Meio Ambiente da UNA-BH – (jaisagontijo@yahoo.com.br)

³ Phd (University of Manchester, 1999). Coordenador e Professor do Programa de Mestrado em Turismo e Meio Ambiente do Centro Universitário UNA (nelson.quadros@una.br)



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM– 27 a 28 de agosto de 2007

implantação do PNMT as políticas setoriais eram centradas em ações pontuais desenvolvimentistas, como no fomento para ampliação do parque hoteleiro e na regulamentação e fiscalização das agências de viagens (CRUZ, 2000). A estrutura do PNMT propunha como novidade os Comitês Estaduais e os Conselhos Municipais de Turismo (BRASIL,1996). Essa forma de organização descentralizada permitiu o fortalecimento dos órgãos estaduais e municipais na criação de suas secretarias e conselhos municipais de turismo e conseqüentemente na elaboração de seus planos de desenvolvimento turístico. Além disso, o PNMT teve um papel importante no estímulo à participação da comunidade no desenvolvimento do turismo e à capacitação de agentes locais no que tange a sustentabilidade do turismo (BRASIL,1996).

A criação do primeiro Ministério de Turismo no Brasil demonstrou finalmente o reconhecimento do turismo como uma atividade econômica importante e carente de planos, programas e projetos específicos para sua organização e fomento (BRASIL, 2003). Com o fortalecimento das esferas estaduais e municipais e o avanço tanto do planejamento quanto dos estudos turísticos apontando para a necessidade de regionalização, e tendo em vista um cenário positivo em relação ao desenvolvimento da atividade turística no Brasil, o governo de Minas Gerais adotou, a partir de 1999, um modelo de planejamento turístico regional baseado na criação de Circuitos Turísticos.

Em função da recente implementação do modelo mineiro, este artigo objetiva relatar essa experiência centrando-se na percepção de seus gestores, empresários e comunidades locais, à luz de um estudo de caso no circuito turístico Serras Verdes do Sul de Minas. O circuito Serras Verdes do Sul de Minas surgiu em função da política pública dos circuitos turísticos da Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais. Além disso, esse circuito foi considerado pela SETUR um dos pioneiros e um caso inicial de sucesso em relação a outros circuitos na mesma situação em todo estado. A escolha pelo Circuito Serras Verdes do Sul de Minas se deu ainda porque esta região não sofreu influencias de outros programas governamentais, como o da Estrada Real e PRODETUR. Essa não influencia dos outros programas governamentais possibilitou uma análise mais realista sobre os efeitos da política pública dos circuitos turísticos. O Circuito Serras Verdes do Sul de Minas é constituído por 18 municípios e possui um enorme potencial turístico natural, além de ser privilegiado por fazer fronteira com o estado de São Paulo, o maior pólo emissor de turistas do Brasil.



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM– 27 a 28 de agosto de 2007

Nesse momento em que cresce o interesse governamental no sentido de incrementar o turismo no Brasil através da formulação de políticas e da implantação de programas e projetos voltados à regionalização do turismo, julga-se indispensável a análise da proposta dos circuitos turísticos mineiros. Essa análise permitirá fazer uma leitura que vá além dos aspectos estritamente econômicos e que torne possível fornecer subsídios para melhor compreensão dos objetivos e estratégias traçados pelo governo de Minas Gerais quanto à participação da comunidade no processo, o significado do turismo para os atores locais, consciência sobre a preservação do patrimônio histórico e natural e o associativismo.

Tendências do planejamento regional

O planejamento regional, desde seu nascimento nos Estados Unidos da América por volta dos anos 1900, vem incorporando conceitos e práticas conforme as realidades de cada tempo, configurando, segundo Álvares (2001), uma linha evolutiva que pode ser sistematizada em três dimensões: a evolução temática, a evolução processual, e a evolução ideológica. Para a autora, a dimensão temática partiu de um planejamento centrado nas questões físico-territoriais, evoluiu para englobar um ou outro aspecto social ou econômico, para chegar a um planejamento multidisciplinar. A evolução processual ou dos métodos partiu da repressão à participação, quando o planejamento se fazia nos gabinetes oficiais sob o comando das elites locais, evoluindo para um planejamento ainda oficial e centralizado - dominado pelos tecno-burocratas que de forma tangencial incorporavam demandas da sociedade, apontando finalmente para um planejamento participativo e descentralizado, no qual a população é incorporada ao processo e os planos podem ter caráter local. A terceira e última dimensão, de caráter ideológico, partiu do planejamento concentrador de riquezas, que visava acumular capital nos investimentos industriais, e vem passando por um momento liberal (ou neo-liberal) em que o estado adota uma estratégia de planejamento “*laissez faire*”, reforçando o *status quo*. A tendência que se apresenta hoje, no Brasil e no mundo, é a de uma melhor distribuição de riquezas e de empoderamento das camadas populares através da capacitação.

Em suma, as tendências contemporâneas do planejamento regional apontam para 1) a consideração dos aspectos social, econômico, cultural e ambiental de maneira interdisciplinar; 2) a descentralização administrativa com uma apropriação dos planos pela população através da



participação real nos processos; e 3) a redistribuição de riquezas através da capacitação para a inclusão produtiva.

Planejamento Turístico Regional

O planejamento regionalizado do turismo ganhou importância e atenção nas últimas décadas por parte do poder público em função da própria evolução da atividade turística. O turismo, uma das atividades econômicas de maior crescimento no mundo¹, com efeito multiplicador da ordem de 5,5 empregos indiretos para cada emprego direto criado na atividade (RABAHY, 2002), passa a ser uma opção estratégica para os governos nacionais e principalmente para os países em desenvolvimento. Segundo Silveira (2002), somente a partir da década de 1980 a atividade turística é considerada na elaboração de políticas públicas de desenvolvimento econômico regional.

O planejamento turístico regional tem sido instrumento de descentralização das políticas setoriais, trabalhado a partir da formação de conjuntos de municípios de interesse turístico hierarquizados e unidos por uma infra-estrutura comum, e que “em sua totalidade, contribuem para dinamizar o desenvolvimento econômico e social de extensas partes do território nacional.” (BENI, 1998, p. 80). Para Hall (2001) as “regiões de turismo” estão sendo desenhadas não apenas para responder às demandas dos turistas, mas como resposta ao problema econômico provocado pela reestruturação da economia mundial e pelo aumento da competitividade territorial no contexto da globalização.

Segundo Smith (*apud* SILVEIRA, 2002) as regiões turísticas são criadas por razões que visam, principalmente, os objetivos 1) da exploração do potencial turístico regional através da implantação de infra-estruturas básicas, 2) da construção de novos complexos e/ou pólos turísticos, 3) da ampliação do mercado turístico nacional e internacional, 4) da promoção e marketing turístico dos lugares atrativos situados em uma determinada região, e 5) do planejamento e desenvolvimento regional. Outro papel da regionalização turística, segundo Pearce (*apud* Silveira, 2002), é reduzir as desigualdades econômicas e sociais entre diferentes localidades que integram uma determinada região de destino, buscando uma melhor distribuição dos benefícios econômicos advindos do turismo. Mais recentemente, Beni (2003) deu nova conceituação à regionalização turística quando tratou as regiões turísticas como “*clusters* turísticos”; segundo o autor, essas unidades seriam frutos



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM– 27 a 28 de agosto de 2007

de esforço, mobilização, comunicação, engajamento, interação e sinergia no arranjo produtivo para a consolidação do desenvolvimento sustentável. A formação dos *clusters* traria destacado diferencial turístico ao conjunto, concentrando, num espaço geográfico delimitado, equipamentos e serviços de qualidade, e excelência gerencial em redes de empresas que geram vantagens competitivas. Silveira (2002) alerta, porém, para a limitação do potencial turístico das regiões: como os demais setores da economia, a estratégia de implantação da regionalização do turismo deve levar em conta que nem todas as regiões oferecem as mesmas condições de desenvolvimento turístico ou as mesmas vantagens comparativas – recursos naturais diversificados, qualidade paisagística, acessibilidade, etc – e vantagens competitivas – localização espacial estratégica, infra-estrutura de apoio, recursos humanos especializados, etc.

Metodologia

Para a construção deste estudo efetuou-se uma revisão bibliográfica envolvendo conceitos e noções relacionados ao planejamento turístico regional, bem como uma pesquisa documental na SETUR/MG e nos arquivos da Associação do Circuito Serras Verdes do Sul de Minas sobre o histórico e diretrizes do processo de implantação da política de circuitos. Aplicaram-se também entrevistas não estruturadas com gestores públicos do estado buscando elementos importantes para entender o processo de implantação dos “Circuitos Turísticos” em Minas Gerais, a partir da experiência e percepção desses atores. A partir de uma entrevista com a atual gestora do circuito Serras Verdes do Sul de Minas, foram escolhidos os municípios que constituíram a amostra para aplicação das entrevistas nos setores públicos, privado e comunitário e o estudo quantitativo nos meios de hospedagem. A técnica de escolha dos sujeitos que constituíram a amostra caracterizou-se por ser do tipo não probabilística e intencional, regida pelos critérios de representatividade e acessibilidade. Foram entrevistados um representante do poder público, um representante do setor privado e um representante dos líderes comunitários de cada um dos municípios da amostra. A administradora apontou três municípios dentro dos dezoito participantes do circuito. Os municípios onde o trabalho de campo foi realizado foram Cambuí; Extrema; Distrito de Camanducaia (Monte Verde). Segundo essa mesma fonte, esses municípios são relevantes no processo de evolução do turismo na região, pois possuem características diferenciadas, estágios de desenvolvimento turístico



diferentes e participam de uma forma mais direta na associação. A sugestão de Cambuí foi justificada em função do município ainda estar dando os primeiros passos para o desenvolvimento da atividade turística, possuir poucos meios de hospedagem e alimentação e vários atrativos turísticos em potencial. A gestora sugeriu o município de Extrema por ele ter demonstrado uma notória evolução na organização municipal do turismo desde a criação do circuito. Extrema foi, por exemplo, pioneiro na liderança da organização do circuito Serras Verdes do Sul de Minas. O seu ex-secretário de turismo, posteriormente se transformou em gestor e presidente do circuito Serras Verdes do Sul de Minas. A sugestão de Monte Verde – distrito de Camanducaia, ocorreu pelo fato de o distrito ter entrando recentemente na associação e também por ser considerado um destino turístico já consolidado, antes mesmo da criação do circuito.

Para elaboração dos roteiros das entrevistas semi-estruturadas que tinham como função coletar as percepções sobre o processo de implementação do circuito turístico Serras Verdes do Sul de Minas através dos representantes do setor público, setor privado e comunitário, foram utilizadas variáveis encontradas durante a revisão bibliográfica e documental que nortearam a SETUR para elaboração da política pública e os resultados esperados com a implantação dos circuitos turísticos em Minas Gerais. Essas variáveis foram: 1) geração de renda e empregos; 2) aumento na oferta turística do município; 3) participação no processo de planejamento e implementação do circuito; 4) melhorias e investimentos na região; 5) integração regional; 6) aumento do fluxo turístico; 7) aumento da permanência dos turistas na região; 8) conscientização da comunidade em relação à preservação do patrimônio natural e cultural. As entrevistas foram aplicadas pela autora do presente trabalho, no mês de janeiro de 2006.

O objetivo do estudo nos meios de hospedagem foi verificar, através da aplicação de um questionário em uma amostra nos hotéis e pousadas do Circuito Serras Verdes do Sul de Minas, os possíveis reflexos após a implementação do circuito em relação a geração de empregos, investimentos privados locais, taxa de ocupação, oferta de leitos e nível de conhecimento sobre a proposta do circuito. Optou-se por levantar os dados do período de 2001 a 2005 porque equivale ao mesmo período de implementação da política dos circuitos nos municípios. Essa pesquisa foi realizada em 99 meios de hospedagens, sendo 05 em Cambuí, 17 em Extrema e 77 em Monte Verde. Em Extrema e Cambuí, os questionários foram aplicados em todos os meios de hospedagem. Em Monte Verde, em função do grande número de estabelecimentos, optou-se por aplicar os



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM– 27 a 28 de agosto de 2007

questionários aos meios de hospedagem que fazem parte da Associação de Pousadas e Hotéis de Monte Verde.

O processo de implantação e gestão da regionalização do turismo em Minas Gerais através dos Circuitos Turísticos

O Estado de Minas Gerais, a exemplo dos casos da Bahia, do Rio Grande do Sul e do Paraná, cria em 1999, a Secretaria Estadual de Turismo - SETUR, com a finalidade de planejar, coordenar, fomentar e fiscalizar o turismo, objetivando a regionalização do turismo, a melhoria da qualidade de vida das comunidades, a geração de emprego e renda e a divulgação do potencial turístico do Estado (MINAS GERAIS, 1999, p. 2). A criação da SETUR deu início à construção de uma política pública de turismo baseada na descentralização e regionalização, com a participação ativa da sociedade para definição das prioridades rumo ao seu desenvolvimento. Os circuitos turísticos mineiros foram estabelecidos por livre iniciativa de municípios próximos, incentivados pela SETUR através de oficinas participativas. Mencionados na legislação estadual desde 1994, não havia uma definição legal dos circuitos até 2003. Ao instituir legalmente os “Circuitos Turísticos”, o estado assim os definiu:

“Um conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, através da integração contínua dos municípios, consolidando uma atividade regional (MINAS GERAIS, 2003, art. 1º).

Os circuitos são administrados por uma entidade gestora sem fins lucrativos, com autonomia financeira, regida por estatuto, formada em diretoria por membros da sociedade civil e do poder público e por um profissional gestor. Para participar da política de turismo do Governo do Estado, os Circuitos Turísticos terão que possuir o Certificado de Reconhecimento da SETUR (MINAS GERAIS, 2003), expedido mediante apresentação suplementar de plano de ações, estatuto, pesquisa da oferta turística de todos os municípios participantes, orçamento anual e relatórios de prestação de contas periódicos (MINAS GERAIS, 2005, p. 2).

Após o circuito ser certificado pela SETUR/MG, recebe um selo de reconhecimento e passa a ter benefícios do estado como: sinalização turística nas estradas, participação em eventos



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM– 27 a 28 de agosto de 2007

patrocinada pelo estado como o Salão do Turismo e a tradicional Feiras dos Agentes de Viagens ABAV, confecção de *folders*⁴ e mapas, cursos de capacitação, palestras de sensibilização e prioridade na aplicação de recursos do estado para o desenvolvimento turístico. Segundo a SETUR/MG o estado já conta com 38 circuitos turísticos certificados.

Cabe à entidade gestora cumprir as seguintes missões pré-estabelecida pela SETUR: a) mobilizar representantes do Poder Público, iniciativa privada e comunidade de cada município; b) realizar reunião de integração com a participação dos técnicos da SETUR; c) definir através da identidade comum regional dos municípios participantes, o nome do Circuito Turístico; d) definir o tipo de entidade gestora: Associação, Agência de Desenvolvimento, ONG; e) elaborar um Estatuto/Regimento Interno (Registrar) (MINAS GERAIS, 2005, p.2).

O Gestor dos Circuitos Turísticos é um executivo, profissional do turismo ou empreendedor que reside na região, subordinado a diretoria do Circuito Turístico; faz o papel de elo entre o circuito, a SETUR, os municípios e comunidades e seus parceiros; suas funções, conforme determinações da SETUR são: a) viabilizar recursos para a capacitação de mão de obra; b) detectar possíveis projetos turísticos sustentáveis com o objetivo de aumentar o fluxo e permanência do turista; c) visitar periodicamente todos os municípios do circuito; d) executar atividades determinadas pela diretoria; e) assessorar a diretoria no planejamento de ações; f) captar recursos, parcerias e associados; g) levantar os elementos da cadeia produtiva; h) captar eventos para o Circuito Turístico; i) estabelecer a sustentabilidade econômica da instituição; j) detectar, nas comunidades, profissionais dos diversos setores para apoiar os trabalhos; l) sensibilizar as comunidades em conjunto com parceiros, através de reuniões mensais e itinerantes; m) viabilizar roteiros precificados com agências receptoras (MINAS GERAIS, 2005, p. 2).

Segundo Bolson (2004) os circuitos turísticos mineiros já implantados vêm se caracterizando por: a) estar em uma mesma região geográfica, com semelhanças culturais, físicas e sócias que criam uma sensação de identidade regional; b) oferecer grande diversidade de atrativos dadas as características diferenciadas nos âmbitos rural, ecológico, cultural, gastronômico, da saúde, de eventos, religioso, dos negócios, etc.; c) apresentar grande diversidade na oferta interna de infraestrutura e serviços no que tange a qualidade e preço dentre os destinos turísticos mais sofisticados e os mais rudimentares; d) ser alvo de demanda diversificada, tanto em relação a poder aquisitivo

⁴Publicação de pequeno formato para divulgação de curso ou evento.

como a origem dos visitantes – em sua maioria mineiros, mas com representantes de muitas unidades da federação.

A implementação do circuito turístico Serras Verdes do Sul de Minas na percepção de seus gestores e representantes do poder público, privado e líderes comunitários.

O Circuito Turístico Serras Verdes do Sul de Minas é composto pelos seguintes municípios: Bom Repouso, Bueno Brandão, Cachoeira de Minas, Cambuí, Camanducaia (distrito Monte Verde), Conceição dos Ouros, Consolação, Córrego do Bom Jesus, Estiva, Extrema, Gonçalves, Inconfidentes, Itapeva, Munhoz, Paraisópolis, Sapucaí Mirim, Senador Amaral, Tocos do Mogi e Toledo.

O Circuito Serras Verdes do Sul de Minas iniciou suas atividades a partir da “Oficina de Implantação da Política Pública dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais” promovida pela SETUR - MG em fevereiro de 2001 no município de Pouso Alegre. Segundo o secretário de turismo de Extrema, na época da implementação do Circuito Serras Verdes, Sr, Djalma Rocha, que posteriormente assumiu a presidência do mesmo, essa oficina foi o marco inicial da criação do circuito. Segundo o secretário, a escolha dos municípios participantes que iniciaram esse processo, aconteceu em função da proximidade geográfica e semelhanças culturais já existentes na região. Aconteceram plenárias nos treze municípios participantes do circuito durante o ano de 2001. Elas tinham como objetivo informar a comunidade do município participante do Circuito Serras Verdes do Sul de Minas as propostas do circuito e a importância do desenvolvimento turístico nesses municípios.

Segundo o Rocha⁵ (2005)

“A opção de realizar as plenárias antes de oficializar a criação do circuito aconteceu para informar e envolver um maior número de pessoas no processo. Após as plenárias foi mais fácil à adesão dos municípios e dos poderes públicos locais na Associação do Circuito Serras Verdes do Sul de Minas. Para aderir ao circuito os municípios precisavam passar uma lei na câmara municipal que legalizava o repasse da mensalidade para Associação. Muitos vereadores e os prefeitos participaram dessas plenárias, isso facilitou a aprovação.”

⁵ Entrevista com Djalma Rocha, ex-secretário de turismo de Extrema e ex presidente do circuito turístico Serras Verdes do Sul de Minas em outubro/2005.



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM– 27 a 28 de agosto de 2007

A atual gestora do Circuito Sra. Rose Simões, afirma que uma das grandes dificuldades encontradas foi receber o pagamento das mensalidades em dia. A gestora relatou que entre 2003 e 2004 houve um desentendimento entre os membros da diretoria que gerou uma crise na gestão do circuito. A consequência desse desentendimento foi o afastamento do antigo presidente do circuito, da antiga gestora e de quase todos os membros da diretoria do circuito Serras Verdes do Sul de Minas. O processo de desenvolvimento ficou estagnado por mais de um ano em função desse fato, prejudicando muito o andamento dos trabalhos. Isso demonstra a fragilidade do processo de organização dos municípios em uma gestão regional do turismo. Se a associação já estivesse consolidada os trabalhos não ficariam parados por mais de um ano. A retomada das atividades veio em setembro de 2005 com a eleição de uma nova diretoria para o circuito e a contratação da atual gestora,

Segundo Simões⁶, com a retomada do circuito, as prefeituras passaram a ser as únicas mantenedoras da associação. Mas a dificuldade é a falta de interesse das atuais administrações municipais em priorizar as atividades do circuito.

“Alguns municípios possuem órgãos de turismo atuantes e que realmente dão apoio às atividades do circuito. Mas a maioria das prefeituras acha que a associação tem de fazer tudo. Na minha opinião, os órgãos municipais deveriam trabalhar mais, traçar o planejamento estratégico para cada um dos municípios, de acordo com as características locais. O papel do circuito é dar apoio, unir as propostas e cada um deles e fazer a ponte com a Secretaria de Estado de Turismo de MG” (SIMÕES, 2006).

Para a gestora, o circuito contribuiu para que a região se despertasse para atividade turística. Segundo ela, os atrativos foram descobertos e valorizados pelo poder público, empresários e comunidade local. Em alguns municípios como Bueno Brandão e Extrema, são visíveis as melhorias nos atrativos, principalmente em relação ao acesso e sinalização. Segundo Simões (2006) “nossa região não se importava com a atividade turística, nossa atividade principal é o agro-negócio e o setor industrial.”. A gestora sugere que para uma melhor atuação do circuito Serras Verdes do Sul de Minas, que deveriam existir mais incentivos por parte do governo estadual através da SETUR e do Ministério do Turismo através do programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.

⁶ Entrevista com Rose Simões, gestora do circuito turístico Serras Verdes do Sul de Minas em Janeiro/2006.



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM– 27 a 28 de agosto de 2007

Segundo ela, esses incentivos fazem com que as prefeituras se envolvam mais diretamente no processo e conseqüentemente os empresários se interessem e participem mais das ações do circuito.

Foram entrevistados também os representantes do poder público dos municípios de Extrema, Cambuí e Monte Verde. De acordo com as entrevistas pode-se perceber que o poder público municipal, de certa maneira, tem apostado na proposta de implementação da política pública dos circuitos turísticos em Minas Gerais pela SETUR. Os órgãos públicos responsáveis pelo turismo foram criados nos municípios e ações nesse sentido estão sendo desenvolvidas. Porém, essa estrutura ainda é frágil. Os prefeitos perceberam a necessidade da criação desse setor dentro das prefeituras, seguindo o exemplo do governo estadual e federal, mas não perceberam de fato qual seria a real função e objetivos desses organismos. Por isso, os orçamentos destinados para o desenvolvimento turístico são baixos e o quadro de pessoal é irrisório. As maiores dificuldades encontradas pelos representantes do poder público são: a falta de esclarecimentos sobre os benefícios reais do circuito, a falta de compreensão do processo e o papel do circuito, a falta de compreensão do papel da atividade turística nos municípios. Apesar disto, os três representantes entrevistados do poder público concordam que o turismo representa um fator de desenvolvimento, geração de emprego e renda para região.

Ao analisarmos os pontos positivos apontados pelos entrevistados, o acesso a SETUR é unânime. A partir do momento em que um município participa de um circuito turístico, mesmo que de forma não muito ativa, tem acesso a SETUR. O poder público municipal necessita desse diálogo com o estado e por isso, mesmo que de forma tímida e desarticulada, participa de um circuito, paga uma mensalidade, mas não é ativo nas decisões e no fortalecimento do processo. Isso ficou claro com a participação tardia do município de Camanducaia – distrito de Monte Verde - no circuito Serras Verdes do Sul de Minas. O município só se interessou por participar do circuito, uma vez que através disso teria um acesso mais rápido a SETUR e seria beneficiado com algumas ações.

A participação mais ativa dos poderes públicos dos municípios com menor tradição turística como Extrema e Cambuí, no processo de criação do circuito Serras Verdes do Sul de Minas também é um fato relevante. Nesses municípios, o setor público exerce mais poder no incentivo da atividade turística do que o setor privado ou a comunidade. Isso ocorre em função de fatores como a pouca oferta de serviços e equipamentos turísticos e a desarticulação dos empresários do setor, que são



poucos nesses municípios pequenos. Os gestores públicos afirmam que a criação do circuito sensibilizou os prefeitos para o desenvolvimento da atividade turística.

Nenhum gestor público afirmou que o aumento de investimentos privados, a geração de empregos ou o aumento na taxa de permanência dos turistas na região ocorreu em função da criação do circuito Serras Verdes do Sul de Minas. Todos eles perceberam esse aumento, mas não sabem ao certo porque isso aconteceu. Para isso, torna-se necessária a realização de mais pesquisas.

Um outro ponto relevante foi que os municípios com menor tradição turística, acreditam que a criação do Circuito Serras Verdes aumentou a conscientização sobre a atividade turística em função dos eventos e plenárias realizadas. Em consequência dessas ações, aumentou também, uma maior preocupação da comunidade em relação a preservação do patrimônio histórico e natural. O gestor de Monte Verde afirma que isso aconteceu também no distrito, porem não existe nenhuma ligação com as ações do circuito Serras Verdes do Sul de Minas, mas sim em função do desenvolvimento turístico e ações de conscientização que vem sendo realizadas pelo poder público local. Alguns pontos positivos gerados pela criação do circuito foram comuns entre as respostas dos três entrevistados: a) divulgação em conjunto; b) criação da Associação; c) acesso a Secretaria Estadual de Turismo.

Ao entrevistar os representantes do setor privado dos municípios da amostra ficou claro que a participação do setor privado foi mínima no processo de implementação do circuito Serras Verdes do Sul de Minas. Os empresários ainda não conseguem enxergar os benefícios que essa organização regional pode trazer. Eles não foram envolvidos no processo de planejamento das ações, foram apenas convidados a participar das reuniões e eventos. Todos eles têm conhecimento da proposta, mas ainda não ficou claro qual o papel do setor privado e suas atribuições na associação do circuito Serras Verdes do Sul de Minas. Por isso, as sugestões dadas por eles para melhoria do processo de implementação do circuito abordam a melhoria na comunicação da associação com o setor privado.

A participação da comunidade local foi um dos pontos fortes no qual a SETUR baseou-se ao elaborar a sua metodologia de regionalização do turismo através dos circuitos. Entretanto, segundo as entrevistas aplicadas nos líderes comunitários dos municípios da amostra do circuito Serras Verdes do Sul de Minas, percebe-se que a comunidade ainda não foi engajada em sua plenitude no processo de criação e implementação do circuito. É interessante observar que todos têm conhecimento da proposta do circuito, participaram de algumas reuniões e plenárias. Todavia, não



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM– 27 a 28 de agosto de 2007

estão participando do processo direto de implementação da proposta. Isso pode estar ocorrendo em função do próprio enfraquecimento da associação do circuito causada pela crise gerada anteriormente que afastou os associados privados e interrompeu o processo de aproximação com a comunidade. A atual gestora do circuito, em sua entrevista, relata esse distanciamento com a comunidade. Mas afirma também, que na reestruturação da associação do circuito Serras Verdes do Sul de Minas, essa aproximação será um dos pontos principais. Um outro ponto interessante é o fato de que o fator positivo gerado pelas ações do circuito na percepção dos líderes comunitários foi a divulgação do que é a atividade turística e seus benefícios, bem como a apresentação dos próprios atrativos turísticos da região para comunidade. Isso é um resultado importante e demonstra que o circuito, mesmo que ainda não consiga integrar a população nas decisões diretas em relação aos passos e ações da associação, está conseguindo informar a comunidade sobre a atividade turística.

Análise dos resultados da pesquisa realizada nos meios de hospedagem dos municípios de Cambuí, Extrema e o distrito de Monte Verde

A pesquisa nos meios de hospedagens demonstra alguns resultados interessantes, dentre eles o crescimento dos meios de hospedagem nos municípios de Cambuí, Extrema e o distrito de Monte Verde a partir de 1995. Cinquenta e cinco por cento (55%) dos estabelecimentos de hospedagem foram inaugurados de 1996 a 2005. O período de 2000 a 2005 apresentou o percentual mais alto no número de estabelecimentos inaugurados, 33%. Esse dado é importante, levando em consideração que a política pública dos circuitos turísticos foi implementada em 2001, a partir da criação da SETUR e em 2003, com a criação do Ministério do Turismo, os incentivos ao setor também aumentaram. Porém, não se sabe ao certo o quanto diretamente esses novos incentivos impactaram nesse crescimento a partir do ano 2001. Seria necessária uma pesquisa mais aprofundada, com um número maior de estabelecimentos para certificar o motivo dessa tendência. Em relação a taxa de ocupação, número de leitos, número de funcionários, número de UHs os resultados foram ligeiramente positivos. Os dados da pesquisa demonstram que houve uma pequena melhoria em todas as variáveis pesquisadas no período de 2001 à 2005. A taxa de ocupação demonstrou uma evolução de 7,6%, o número de UHs 2,1%, número de leitos 1,9%, número de funcionários 1,4%.



Aos entrevistados que afirmaram melhorias nas categorias pesquisadas, foi perguntado quais os fatores que, na opinião de cada um, influenciaram o aumento na taxa de ocupação, número de UHs, número de leitos e número de funcionários entre os anos de 2001 a 2005. A maioria respondeu que o aumento da demanda de turistas foi o principal fator. A melhoria na infra-estrutura turística de cada um dos municípios e a divulgação da região também foram citadas. As ações do circuito Serras Verdes do Sul de Minas não foram citadas como um fator que contribuiu para essas melhorias. É interessante observar que nas entrevistas com o poder público, lideranças locais e empresários, a questão da divulgação foi um ponto positivo apontado por quase todos eles.

Os dados revelaram também uma situação não muito positiva. Mais de 55% dos entrevistados não conhece, ou não ouviu falar das propostas do Circuito Serras Verdes do Sul de Minas. Este é um dado preocupante, uma vez que os empresários do setor de hospedagem são peças-chave no desenvolvimento da política dos circuitos. Isso demonstra que a Associação do Circuito Serras Verdes do Sul de Minas não está conseguindo atingir os empresários e as estratégias de sensibilização e envolvimento desses atores no processo não estão sendo eficazes. Esse resultado também se confirma com a pouca participação do setor privado na implementação do circuito, conforme as entrevistas já apresentadas.

Ao analisar conjuntamente os reflexos das ações do Circuito Serras Verdes do Sul de Minas nos meios de hospedagem dos três municípios da amostra, observa-se que quase 80% dos entrevistados consideram pouco ou regular o reflexo das ações do circuito na taxa de ocupação dos hotéis, número de UHs, número de leitos e número de funcionários entre os anos de 2001 a 2005. Enquanto 20% consideram que os reflexos das ações do circuito foram positivos para melhoria das variáveis pesquisadas.

O município de Extrema foi o mais otimista em relação às outras localidades pesquisadas. Esse resultado pode ser consequência do município de Extrema ter liderado o processo de implementação do circuito em 2001. Seu secretário de turismo da época foi a liderança local que conduziu o processo por mais de dois anos. Posteriormente assumiu a presidência da associação do circuito. O distrito de Monte Verde foi o mais pessimista em relação ao circuito, uma vez que já se consolidou como um destino turístico e tem dificuldades de se integrar com o resto da região. Pode-se observar através das entrevistas que seus gestores públicos e lideranças não conseguem ver vantagens nessa forma de organização uma vez que consideram que o circuito poderia fazer muito



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM– 27 a 28 de agosto de 2007

mais do que esta fazendo. Segundo o secretário de turismo de Monte Verde a associação do circuito está desarticulada e o setor privado não participa como deveria. Um outro fato mencionado foi que não estão claros os benefícios aos associados e que a associação é uma ferramenta importante, mas está aquém do seu potencial. Pode-se concluir que a entrada de Monte Verde no circuito aconteceu em função do acesso mais fácil com a SETUR/MG. Para Cambuí o circuito tem sido importante, pois o município dá seus primeiros passos no sentido do desenvolvimento turístico e o circuito tem contribuído com esse despertar turístico.

Conclusão

O processo de regionalização do turismo no Estado de Minas Gerais é muito recente. São apenas cinco anos de existência do programa dos Circuitos Turísticos em Minas Gerais. As ações do estado são lentas e dos municípios também. A proposta dos circuitos turísticos é bastante interessante e possui uma dimensão inovadora, mas a SETUR/MG precisa encontrar urgentemente uma saída para melhorar o processo da gestão regional. O associativismo formal deveria acontecer naturalmente, por iniciativa da região, dos empresários e poder público e não como uma imposição do estado. Os circuitos ainda estão frágeis, as associações não têm fôlego. Isso ficou claro através das entrevistas aplicadas aos representantes dos municípios do Circuito Serra Verdes do Sul de Minas. O poder público demonstra certo interesse pela proposta, porém não aposta no circuito de uma maneira agressiva. A iniciativa privada e a comunidade, fundamental para o desenvolvimento turístico, pouco participam do processo e até mesmo desconhecem as ações propostas pela diretoria do circuito Serras Verdes do Sul de Minas.

A maior parte dos esforços empregados pelo estado até o momento na política pública dos circuitos turísticos, foram destinados a auxiliar a formação dessas associações regionais, criando e exigindo critérios burocráticos a partir da certificação dos circuitos. O trabalho já desenvolvido até aqui pode ficar comprometido uma vez que sua consolidação e resultados são de médio e longo prazo e sempre existe a real possibilidade na mudança de governo e descontinuidade das políticas. A SETUR/MG deveria estruturar uma proposta mais clara e planejada para os municípios, capacitá-los para o associativismo turístico dando condições para que eles se tornem auto-suficientes. Por outro lado, o processo ainda precisa passar por um amadurecimento. Em algumas regiões já há

sinais de que os empresários estão assumindo a gestão dos circuitos naturalmente, envolvendo também o poder público, mas não dando a ele o poder de decisão central. Esse é o caso do circuito Serra do Cipó, que vem obtendo resultados interessantes desde que os empresários assumiram a associação e passaram a enxergar a região como um destino turístico e a associação com um instrumento de gestão desse destino. Essa pode ser tornar uma realidade para todas as regiões. Mas o processo ainda necessita amadurecer. Será vital trabalhar para que as dificuldades não superem a proposta da regionalização turística de Minas Gerais.

Referências Bibliográficas

- ALVARES, Lucia C. A questão Metropolitana e as Políticas Oficiais no Brasil: Evolução e o Caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). *Anais do 1º Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico*, 2001. CD-Rom.
- BENI, Mário C. *Globalização do Turismo*. Megatendências do Setor e a Realidade Brasileira. São Paulo: Aleph, 2003.
- BRASIL. *Lei 8.181 de 28 de março de 1991*. Brasília, 1991.
- _____. Secretaria do Desenvolvimento Regional da Presidência da República. *Programa de ação para o desenvolvimento do turismo no Nordeste – Prodetur NE*. Brasília, 1992.
- _____. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. *Política Nacional de Turismo*. Diretrizes e programas. Brasília, 1996.
- _____. Embratur. *Programa Nacional de Municipalização do Turismo*. Diretrizes e Procedimentos. Brasília, 2001.
- _____. (1). Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo*. Diretrizes, Metas e Programas 2003-2007. Brasília, 2003.
- _____. (2). *Medida Provisória nº 103*. Brasília, 2003.
- BOLSON, Jaisa G. PIRES, Fabiana. BAHIA, Eduardo. Histórico e Análise das Políticas Públicas de Turismo no Brasil – 1930/ 2004 - Estudo de caso Minas Gerais. *Anais do VIII Encontro de Turismo com Base Local*. Curitiba: 2004.
- _____. Jaisa G. ALVARES, Lucia C. *Descentralização no Planejamento Turístico : O caso da implantação dos circuitos mineiros – III Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul – 5 e 6 de agosto de 2005*. Caxias do Sul / RS
- _____. Jaisa G. *Turismo e Políticas Públicas: Uma Análise da Implementação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais através da percepção dos seus Gestores, Empresários e Comunidade Local*. Belo Horizonte. UNA. 2006. (Dissertação de mestrado em Turismo e Meio Ambiente)
- DIAS, Reinaldo. *Planejamento do Turismo*. Política e Desenvolvimento do Turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.
- IRVING, Marta A. *Turismo*. O Desafio da Sustentabilidade. São Paulo : Futura, 2002
- MINAS GERAIS (1). *Lei 13173 de 20 de janeiro de 1999*. Belo Horizonte, 1999.
- _____. (2). *Lei 13.341 de 28 de outubro de 1999*. Belo Horizonte, 1999.
- _____. *Decreto 43.321 de 08 de junho de 2003*. Belo Horizonte, 2003.



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM– 27 a 28 de agosto de 2007

_____ (1). SETUR. *Desenvolvimento Turístico do Sul de Minas*. Seminário Regional. Belo Horizonte, 2001.

_____ (2). SETUR. *Relatório da oficina do plano de desenvolvimento turístico regional*. Conceição do Mato Dentro, 2001.

_____ (1). SETUR. *Relatório de Gestão 2002*. Belo Horizonte, 2002.

_____ (2). SETUR. *Minas Revolucionou o Turismo*. A Descoberta da Potencialidade Mediterrânea. Belo Horizonte, 2002.

_____ (3). SETUR. *Oficina de Monitoria do Processo dos Circuitos Turísticos*. Esmeraldas, 2002.

_____ (1). *O que é um Circuito Turístico*. Disponível em <www.descubraminas.com.br> Acesso em 18 abr 2005.

_____ (2). SETUR. *Circuitos Turísticos*. Disponível em <www.turismo.mg.gov.br>. Acesso em 23 de abril de 2005.

RABAHY, Wilson A . *Turismo e Desenvolvimento*. Estudos econômicos e estatísticos no planejamento. Barueri, SP: Manole, 2003.

ROCHA, Renata S. *Parcerias entre Setor Público e Privado no Desenvolvimento Turístico de Piracicaba – SP*. Turismo em Análise/ publicação do Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – v. 17., n. 1. 2006, São Paulo.

RODRIGUES, Adyr B. (org.). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 2000.

SILVEIRA, M. A.T. *Turismo, políticas do ordenamento territorial e desenvolvimento*. Um foco no Estado do Paraná no contexto regional. USP, 2002. Tese de doutorado.

SILVA, João. PERNA, Fernando. 2002. Turismo e desenvolvimento auto-sustentado. In: COSTA, José (Coord.). 2002. *Compêndio de economia regional*. Coimbra: APDR.

ⁱ Segundo dados do Ministério do Turismo, o turismo movimentou em 2003, US\$ 514,4 bilhões em todo o mundo, com um aumento de 8,7% em relação a 2000 (BRASIL, 2005).